

CRISE HÍDRICA || FONTES DE ABASTECIMENTO

# Posse ignora licença e negocia represas

Prefeitura faz acordo para usar três reservatórios em áreas particulares, sem aval de Cetesb e Dae

## VIDAS SECAS



Maria Teresa Costa  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
teresa@rac.com.br

A Prefeitura de Santo Antônio de Posse fez acordo com proprietários de três fazendas para a cessão de áreas onde prevê implantar três represas para armazenar cerca de 1 bilhão de litros de água, volume suficiente

## Governo diz priorizar a população e que verá a burocracia depois

para abastecer a população por um ano e dar tranquilidade hídrica à cidade. Duas das represas já existiam, mas necessitam de obras para serem aproveitadas no abastecimento público e outra está em fase de negociação com o proprietário. As obras não têm licenciamento

## MULTA É SUSPensa

A multa da água está suspensa em São Paulo. A juíza Simone Viegas de Moraes Leme, da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, deferiu ontem pedido de liminar feito pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) contra a sobretaxa de até 100% na conta de água lançada pela Sabesp na Grande SP e em cinco cidades da Região Metropolitana de Campinas no dia 8 de janeiro para tentar estancar a crise hídrica que já dura um ano. Na decisão, a juíza acolhe o argumento de que a lei federal 11 445, de 2007, determina que a adoção de sobretaxas para restringir o consumo de água deve ser precedida da declaração oficial de racionamento pela autoridade gestora de recursos hídricos, o que o governo Geraldo Alckmin (PSDB) descarta fazer. Cabe recurso.



César Rodrigues / AAN

Represa dentro da Fazenda Jequitibá, que será usada como reservatório de água pela Prefeitura de Posse

to ambiental emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) autorizando a intervenção em área de preservação permanente (APP) e nem outorga do Departamento de Água e Energia Elétrica (Dae) para a captação. “Depois veremos isso. Primeiro vamos atender o povo. Se espe-

rarmos licenciamento morreremos de sede”, disse o assessor jurídico do gabinete do prefeito, Amadeu Zonzini Jr.

“Demos os primeiros passos. Leva anos (a regularização) porque é preciso fazer Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), terá que haver adequação do código das águas

que vai verificar se essa inundação atingiu áreas com vegetação, animais rasteiros. Virá multa, teremos que fazer reflorestamento, mas aí teremos tempo para nos adequarmos. Primeiro vamos garantir água para a população”, afirmou.

No ano passado, com o esgotamento do Rio Camandu-

## Cetesb e Dae vão enviar equipes para fiscalizar ações

**A** Cetesb informou ontem que vai fiscalizar as obras em andamento das represas em Santo Antônio de Posse e deverá determinar a paralisação, se for constatada irregularidade, até que as autorizações para as intervenções sejam obtidas. O gerente da agência de Paulínia, Lúcio Flávio Furtado Lima, informou que nenhuma autorização foi dada e que não há nenhum pedido de licenciamento ambiental feito à Cetesb para as obras que o prefeito Maurício Comisso divulgou no Facebook. Segundo o gerente, mesmo que seja um pequeno barramento, para acessar o rio, máquinas passam pela área de proteção permanente (APP) o que exige, no mínimo, um pedido de autorização para a Cetesb. O Dae informou que não identificou em seu banco de dados qualquer pedido de outorga para a construção das represas citadas em Santo Antônio de Posse. O departamento afirmou que irá realizar uma fiscalização no local e, caso necessário, tomar as medidas cabíveis no que rege a legislação de recursos hídricos, tais como notificação e, em caso de reincidência, autuação. (MTC/AAN)

dente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto Possense (Saaep), Mário Vitor Zonzini, disse que, se não chover até a próxima semana, a cidade poderá retornar ao racionamento.

“Não temos como garantir água com a urgência necessária. Conseguimos apoio dos proprietários das fazendas e, além de ter oferta de água, a cidade também ganhará novas áreas de lazer nas represas.”

Procurado ontem, o prefeito Maurício Comisso não foi localizado. Sua assessoria informou que ele estava fora da cidade. A assessoria afirmou que não dispunha de dados sobre os reservatórios. O presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto Possense (Saaep), Mário Vitor Zonzini, informou que um dos reservatórios, o da Fazenda Jequitibá, estava sem uso e em condições ruins. Foram feitas obras de reforço e está pronto para receber água, assim que chover. Sua capacidade é de 200 milhões de litros, segundo o presidente da autarquia.

O outro reservatório está na Fazenda Novo Horizonte, com o barramento do Córrego Camanducaia Mirim. Segundo Zonzini, ele tem pelo menos o dobro da capacidade do reservatório da Fazenda Jequitibá, cerca de 400 milhões de litros. A barragem estava rompida há anos, e necessitou de obras na represa e na comporta. O córrego tem sua nascente no bairro do Pantaleão, em Amparo, e percorre 25 km até chegar ao ponto de captação em Posse, às margens da estrada vicinal que liga o município a Jaguariúna, no bairro Barreiro. Já na Fazenda Marambaia, o projeto é de implantação de uma nova represa, com capacidade superior as das demais. A negociação com o proprietário ocorrerá na sexta-feira, e o prefeito está otimista, e acredita que poderá iniciar as obras em fevereiro.

O presidente do Saaep disse que não haverá problemas para a operação dos reservatórios, porque eles já existiam. Além disso, afirmou, o artigo 5º da Constituição Federal garante o direito à vida. “Água é um direito.”

RISCO || DOENÇA

# Casal de Holambra morre com suspeita de maculosa

Pacientes receberam tratamento para dengue em unidade da cidade e foram transferidos para o HC; laudo esclarecerá causa

Gustavo Abdel  
DA AGÊNCIA ANHANGUERA  
gustavo.abdel@rac.com.br

Um casal de Holambra morreu no sábado sob forte suspeita de febre maculosa, transmitida por carrapatos infectados, segundo divulgou ontem o Hospital de Clínicas (HC) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O laudo que comprovará a causa deverá ser concluído em até 20 dias pelo Instituto Adolfo Lutz. Os trabalhadores rurais José Ronaldo da Silva, de 24 anos, e Maria Martina, de 21, ficaram internados poucas horas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do HC, e não reagiram a um quadro em estado avançado. Deixaram três filhos, sendo duas meninas — uma de 5 meses e outra de 2 anos — e um garoto de 4 anos. Eles moravam no bairro Imigrantes.

Com muita febre, fraqueza, vômito e outros sintomas da doença, o casal estava sendo tratado pelos médicos da Policlínica de Holambra como doentes com dengue. A morte do casal chocou a cidade. Quando a família velava o corpo do rapaz, foi dada a notícia de que a esposa também não havia resistido.

José Ronaldo foi o primeiro a apresentar muita febre, no dia 5. Ele realizou pescaria no segundo dia do ano com um cunhado e um tio de sua mu-



Divulgação

José Ronaldo e Maria Martina: mortes com poucas horas de diferença

lher, em uma lagoa conhecida como Lago do Holandês, no Centro de Holambra, disseram os parentes. “Ele chegou em casa e retirou um carrapato. Passou dois dias começou

a ter muita febre”, relatou o cunhado Genilson Marques, de 31 anos. Os familiares afirmam que o trabalhador relatou ao médico que havia tirado um carrapato do corpo.

## Saúde diz que atendimento prestado foi compatível

**O** Departamento de Saúde de Holambra garantiu que “o paciente recebeu atendimento e toda a assistência compatível com as especificidades do seu caso”. Ainda segundo o órgão, não há, no prontuário do paciente, qualquer menção ou relato a respeito de contato com carrapatos, e que “exames de sangue foram feitos regularmente, de acordo com o procedimento padrão de atendimento, já no dia 6 de janeiro”. O departamento não informou qual o

resultado dos exames de sangue do casal, qual a lista de medicamentos aplicada no caso ou quantos médicos realizaram o atendimento ao longo da semana passada, conforme questionado através de e-mail. Também não informou quando foi o último caso de maculosa em Holambra. “É importante ressaltar que não há, até o momento, confirmação da causa da morte dos pacientes. O departamento segue aguardando a divulgação do laudo da Unicamp”, finalizou a nota. (GA/AAN)

“Mas disseram que o quadro era de dengue e que dengue se trata em casa. Deram medicamento sem saber o que ele tinha e à noite ele ardia em febre. Não fizeram exame”, disse o irmão Rangel da Silva, de 26 anos.

No dia seguinte, José Ronaldo realizou exame de sangue, mas a Diretoria de Saúde ainda não informou o resultado. O trabalhador rural continuou com quadro de febre aguda e novamente foi à Policlínica,

sendo atendido por um médico diferente do dia anterior, segundo atestado que o afastou por dois dias do trabalho. A esposa, Maria Martina, começou a sentir os primeiros sintomas na noite do dia 6, e no dia seguinte ambos estavam com manchas vermelhas pelo corpo e febre atingindo 41 graus. Como estava recebendo leite materno, o bebê de cinco meses precisou passar dois dias em observação no HC após a morte da mãe, mas já foi libe-

rado. Há a suspeita de que José Roberto carregava mais carrapatos e um desses infectou a esposa.

“A Marta ficou com o pescoço todo vermelho, os olhos saltados e manchas. Davam paracetamol, soru na veia, mas ela não melhorava”, relatou a amiga de Marta, Jaclésia Ferreira da Silva, de 29 anos. No dia 8 o casal procurou por duas ocasiões o PS Central, e na segunda José Roberto desmaiou na unidade, relatarem os parentes. Foi então que uma ambulância levou o casal para a Unicamp. Ele foi internado pela manhã diretamente na UTI, mas faleceu por volta das 12h do dia seguinte. E ela morreu à noite.

“Meu filho nunca tinha adoecido na vida e não ser uma gripe. Chegamos de Alagoas e não conseguimos ver ele vivo”, disse o pai de José Roberto, o aposentado José Francisco Sena da Silva, de 62 anos. A mãe, Marisa Maria da Silva, de 52 anos, não descarta negligência médica e adiantou que levará a neta mais nova para Alagoas.

Após a morte do casal, a amiga Jaclésia relatou que funcionários da Saúde estiveram no bairro e distribuíram remédios a parentes e vizinhos mais próximos do casal, mas não soube informar para o que servia. A Prefeitura não informou qual medicamento se tratava.